



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

TERMO DE COLABORAÇÃO 10/2020.

PROCESSO Nº 59/2020
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA, E A OSC – LAR DOS
VELHOS SÃO CAMILO DE LELES.

Pelo presente instrumento, o **GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA**, através do Prefeito Municipal Senhor **RODRIGO ZACARIAS DOS SANTOS**, denominado neste ato **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** e a **OSC – LAR DOS VELHOS SÃO CAMILO DE LELES**, CNPJ nº 44.435.675/0001-39, com sede na Rua Cunha Bueno nº 934 – Bairro Livramento, Buritama, Estado De São Paulo, neste ato representado pelo Presidente, Senhor **ARLINDO TEIXEIRA ROSANTE**, RG nº 5.825.492 – SSP/SP e CPF nº 557.715.488-04, denominada simplesmente **OSC -ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, com fundamento no Artigo 31, inciso II e no Artigo 2º, inciso VII ambos da Lei Federal nº 13.019/2014 e sua alteração, nos Decretos Municipal nº 3.841 -28-04-2017 e 3.942 de 22-12-2017 celebram a presente PARCERIA, nos termos e cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através do presente, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** e a **OSC**, registram interesse para o desenvolvimento do “Serviço Acolhimento Institucional para Idosos na Proteção Social Especial, com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos”.

1.1.1. A **OSC**, desenvolverá o projeto, constantes dos ANEXOS – Plano de Trabalho e Referências para a execução do Plano de Trabalho, constante do Processo nº 59/2020, que fazem parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL

2.1. O Projeto “melhor Idade” junto ao Serviço Acolhimento Institucional para Idosos na Proteção Social Especial, com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos, será realizado na sede da **OSC** sito na Rua Cunha Bueno nº 934 – Bairro Livramento, Buritama, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. A presente Parceria importa no repasse, pela **ADMINISTRATAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, do valor total de R\$5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), as despesas decorrentes da Parceria, correrá pela dotação orçamentária abaixo especificada, conforme declaração/reserva orçamentária expedida pelo Departamento Municipal de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

Unidade Gestora: 001.001. Governo do Município de Buritama

Reserva:	Unidade Orçamentária: 02.10. Dep. de Assistência de Desenvolvimento Social	
	Evento: 999 – diversos	Número: 3946
Dotação:	Natureza da Despesa: 3.3.50.39.01	
	Ficha: 358	
	Classificação Funcional: 08.244.0037-2.048	
	Fonte: 02	
Valor:	R\$ R\$5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)	

3.2. O pagamento será realizado nos termos do Cronograma de Desembolso apresentado do Processo Administrativo nº 59/2020 Anexo - Plano de Trabalho, que faz parte integrante deste.

Avenida Frei Marcelo Manilla, 700 - Fone / Fax (18) 3691-9200 - CEP 15290-000 – Buritama –SP.

secretaria@buritama.sp.gov.br



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

3.3. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica em instituição financeira pública nos moldes previstos no artigo 51 da Lei nº 13.019/14 e alteração sendo a conta corrente nº 17.275-8 agência 1676-4 Banco do Brasil.

3.3.1. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

3.3.2. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014 e alteração.

3.4. É vedada a utilização dos recursos repassados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL em finalidade diversa da estabelecida no projeto/atividade, (Plano de Trabalho), a que se refere este instrumento, bem como no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período acordado para a execução do objeto desta parceria.

3.5. Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

3.5.1. Excepcionalmente, poderão ser feitos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária.

3.6. É permitida a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais e que estejam previstos no Anexo Plano de Trabalho.

3.7. Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe dimensionada no Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, observadas as disposições do artigo 46 da Lei Federal nº 13.019/14 e sua alteração.

3.7.1. Fica vedada à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

3.8. Quando for o caso de rateio, a memória de cálculo dos custos indiretos, previstos no plano de trabalho, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento quantitativo da divisão que compõe o custo global, especificando a fonte de custeio de cada fração, com a identificação do número e o órgão da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

3.8.1. Os custos indiretos podem incluir, dentre outros, despesas de internet, transporte, aluguel e telefone, bem como remunerações de serviços contábeis, de assessoria jurídica e serviços administrativos.

3.8.2. Nas hipóteses em que essas despesas caracterizarem-se como despesas diretamente atribuídas ao objeto da parceria, tais despesas serão consideradas custos diretos.

3.8.3. Incluem-se como custos diretos, os custos de locação do imóvel onde funcionarão serviços públicos de natureza contínua viabilizada por parcerias, como os de educação, saúde e assistência social.

3.9. O atraso na disponibilidade dos recursos da parceria autoriza a compensação de despesas despendidas e devidamente comprovadas pela OSC, no cumprimento das obrigações assumidas por meio do Plano de Trabalho, com os valores dos recursos públicos repassados assim que disponibilizados.



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal "Nésio Cardoso"
CNPJ. 44.435.121/0001-31

3.10. Os recursos da parceria geridos pelas organizações da sociedade civil não caracterizam receita própria, mantendo a natureza de verba pública.

3.10.1. Não é cabível a exigência de emissão de nota fiscal de prestação de serviços tendo a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA como tomadora nas parcerias celebradas com organizações da sociedade civil.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1. A prestação de contas deverá conter adequada descrição das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

4.1.1. Os dados financeiros são analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes, bem como a conciliação das despesas com a movimentação bancária demonstrada no extrato.

4.1.2. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

4.2. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

4.3. A OSC deverá apresentar os seguintes documentos para fins de prestações de contas parciais e final:

a) Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir o cronograma acordado;

b) Na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, assim como notas e comprovantes fiscais, incluindo recibos, emitidos em nome da organização da sociedade civil;

c) Extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria;

d) Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, no caso de prestação de contas final;

e) Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;

f) Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

g) Lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

h) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso,

i) E os demais documentos exigidos no Artigo 34, do Decreto Municipal nº 3.841/2014, e Lei Federal 13.019/2014 e alteração.

4.3.1. A memória de cálculo de que trata a alínea, h, do item 4.3, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

4.3.2. Em caso de descumprimento parcial de metas ou resultados fixados no Plano de Trabalho, poderá ser apresentado relatório de execução financeira parcial concernente a referidas metas ou resultados, desde que existam condições de segregar referidos itens de despesa.

4.4. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será a OSC notificada para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo disposto do Artigo 35 do Decreto Municipal nº 3.841/2017.

4.4.1. Transcorrido o prazo, não havendo saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento.

4.5. Cabe a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL analisar cada prestação de contas apresentada, para fins de avaliação do cumprimento das metas do objeto vinculado às parcelas liberadas, no prazo estipulado no Artigo 35 do Decreto Municipal nº 3.841/2017, bem como emissão de Relatório Técnico da prestação de contas, parcial/final.

4.5.1. A análise da prestação de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes.

4.6. A análise da prestação de contas final constitui-se das seguintes etapas:

4.6.1. Análise de execução do objeto: quanto ao cumprimento do objeto e atingimento dos resultados pactuados no Plano de Trabalho aprovado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado;

4.6.2. Análise financeira: verificação da conformidade entre o total de recursos repassados, inclusive rendimentos financeiros, e os valores máximos das categorias ou metas orçamentárias, executados pela organização da sociedade civil, de acordo com o plano de trabalho aprovado e seus eventuais aditamentos, bem como conciliação das despesas com extrato bancário de apresentação obrigatória.

4.6.3. Nos casos em que a OSC houver comprovado atendimento dos valores aprovados, bem como efetiva conciliação das despesas efetuadas com a movimentação bancária demonstrada no extrato, a prestação de contas será considerada aprovada, sem a necessidade de verificação, pelo gestor público, dos recibos, documentos contábeis e relativos a pagamentos e outros relacionados às compras e contratações.

4.7. A análise da prestação de contas final levará em conta os documentos do item 4.3. e os pareceres e relatórios dos itens 4.5 e 8.3.

4.8. Havendo indícios de irregularidade durante a análise da execução do objeto da parceria, o gestor público poderá, mediante justificativa, rever o ato de aprovação e proceder à análise integral dos documentos fiscais da prestação de contas.

4.9. A OSC está obrigada a prestar contas finais da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo do artigo 35 do decreto Municipal nº 3.841 de 02 de maio de 2017.

4.9.2. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

4.9.1. O prazo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias conforme o artigo 35 inciso I, do decreto Municipal nº 3.841 de 02 de Maio de 2017, desde que devidamente justificado.

4.9.2. Nas parcerias cuja duração exceda um ano, é obrigatória a prestação de contas ao término de cada exercício, conforme disposto no Artigo 49 da Lei federal 13019 de 31 de julho de 2014.



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal "Nésio Cardoso"
CNPJ. 44.435.121/0001-31

4.9.3. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

4.10. Na hipótese de devolução de recursos, a guia de recolhimento deverá ser apresentada juntamente com a prestação de contas.

4.11. Após a prestação de contas final, sendo apuradas pelo Município irregularidades financeiras, o valor respectivo deverá ser restituído ao Tesouro Municipal ou ao Fundo Municipal competente, no prazo improrrogável de 30 dias.

4.12. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pelo Município deverá dispor sobre:

- a) Aprovação da prestação de contas;
- b) Aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas da parceria, estiver evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou
- c) Rejeição da prestação de contas, quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho, desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos e dano ao erário.
- d) O desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos e dano ao erário, com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

4.12.1. São consideradas falhas formais, para fins de aprovação da prestação de contas com ressalvas, sem prejuízo de outras:

- a) Nos casos em que o plano de trabalho preveja que as despesas deverão ocorrer conforme os valores definidos para cada elemento de despesa, a extrapolação, sem prévia autorização, dos valores aprovados para cada despesa, respeitados o valor global da parceria.
- b) A inadequação ou a imperfeição a respeito de exigência, forma ou procedimento a ser adotado desde que o objetivo ou resultado final pretendido pela execução da parceria seja alcançado.

4.13. As contas serão rejeitadas quando:

- a) Houver omissão no dever de prestar contas;
- b) Houver descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
- c) Ocorrer danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) Houver desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;
- e) Não for executado o objeto da parceria;
- f) Os recursos forem aplicados em finalidades diversas das previstas na parceria;

4.14. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL apreciará a prestação final de contas apresentada, até 30 de maio do exercício seguinte conforme o disposto no Artigo 35 do Decreto Municipal nº 3.841 de 02 de maio de 2017.



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal "Nésio Cardoso"
CNPJ. 44.435.121/0001-31

4.14.1. O transcurso do prazo estabelecido no item anterior sem que as contas tenham sido apreciadas não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

4.14.2. Nos casos em que não for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido no item 4.11. e a data em que foi ultimada a apreciação pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.

4.15. Caberá um único recurso à autoridade competente da decisão que rejeitar as contas prestadas, a ser interposto no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão.

4.15.1. Exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a OSC, poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito neste termo e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

4.15.2. A rejeição da prestação de contas, quando definitiva, deverá ser registrada em plataforma eletrônica de acesso público, cabendo à autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária, adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento.

4.15.2.1. O dano ao erário será previamente delimitado para embasar a rejeição das contas prestadas.

4.15.2.2. Os valores apurados serão acrescidos de correção monetária e juros.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO

5.1. A execução do objeto da presente Parceria se dará conforme o estabelecido no Plano de Trabalho, constante do Processo Administrativo nº 59/2020.

5.2 As aquisições e contratações realizadas com recursos da parceria deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, bem como deverá a OSC certificar-se e responsabilizar-se pela regularidade jurídica e fiscal das contratadas.

5.2.1. Para a aquisição de bens e contratação de serviços, será exigida pesquisa ao mercado prévia à contratação, que deverá conter, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.

5.2.2. Os bens permanentes adquiridos com recursos públicos deverão ser incorporados ao patrimônio público ao término da parceria ou no caso de extinção da organização da sociedade civil parceira.

5.2.3.3. A OSC, poderá pedir, justificadamente, alteração da destinação dos bens remanescentes prevista no termo, que será analisada pelo gestor público, sob juízo de conveniência e oportunidade, permanecendo a custódia dos bens sob responsabilidade da organização até a decisão final do pedido de alteração.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

6.1. A OSC, em atendimento a presente parceria se obriga a:

a) Executar satisfatória e regularmente o objeto deste ajuste;

b) Responder perante a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, pela fiel e integral realização dos serviços contratados com terceiros, na forma da legislação em vigor;



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal "Nésio Cardoso"
CNPJ. 44.435.121/0001-31

- c) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e tributária, decorrentes da execução do objeto desta parceria, bem como por todos os ônus ordinários ou extraordinários eventualmente incidentes;
- d) Facilitar a supervisão e fiscalização da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, permitindo-lhe efetuar o acompanhamento in loco e fornecendo sempre que solicitado as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento, bem como apresentar relatório de atividades, contendo o desenvolvimento do cronograma do projeto;
- e) Elaborar a prestação de contas a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, nos termos do presente instrumento bem como do Decreto Municipal nº 3.841/2017 e 3.942 de 22-12-2017 e da Lei Federal nº 13.019/2014 e sua alteração.
- f) Divulgar, em seu sítio na internet, em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, as parcerias celebradas com o poder público, contendo as informações dispostas no artigo 4º, do Decreto Municipal nº 3.841/2017, sem prejuízo das disposições da Lei Federal 13.019/2014 e alteração

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

- 7.1. O Governo do Município de Buritama, em atendimento a presente parceria se obriga a:
- a) Manter o empenho para os recursos necessários ao desenvolvimento deste ajuste;
- b) Repassar à OSC os recursos decorrentes do presente;
- c) Fornecer dados, relatórios e demais informações necessárias à execução da parceria;
- d) Decidir e indicar soluções aos assuntos que lhe forem submetidos.
- e) Manter, em sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 dias após o respectivo encerramento, contendo as informações dispostas no artigo 3º, do Decreto Municipal nº 3.841/2017.
- f) Demais obrigações decorrentes do Decreto Municipal 3.841/2017 e 3.942 de 22-12-2017 e lei Federal 13.019/2014 e alteração.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO

- 8.1. Compete à Comissão de Avaliação e Monitoramento o aprimoramento dos procedimentos, unificação dos entendimentos, a solução de controvérsias, a padronização de objetos, custos e indicadores, fomento do controle de resultados e avaliação dos relatórios técnicos de monitoramento.
- 8.2. Será efetuada visita in loco, para fins de monitoramento e cumprimento do objeto da Parceria, nos termos e condições do Decreto Municipal 3.841/2017 sem prejuízo do disposto na Lei Federal 13.019/2014 e alteração.
- 8.3. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL deverá emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação a cada 3 (três) meses.
- 8.4. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, independente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela OSC.



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal "Nésio Cardoso"
CNPJ. 44.435.121/0001-31

8.4.1. O grau de satisfação do público-alvo será levado em consideração tendo em vista o processo de escuta ao cidadão usuário acerca do padrão de qualidade do atendimento objeto da parceria, nos moldes pré-definidos pelas áreas responsáveis às políticas sociais.

8.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria deverá conter no mínimo:

- a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) Valores efetivamente transferidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL;
- d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste termo;
- e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

8.6. No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados conforme legislação de cada fundo, inclusive no que toca as atribuições dos respectivos conselhos gestores, observando, no que couber aos parâmetros estabelecidos nos Decretos Municipais 3.841/2017 e 3.942 de 22-12-2017 e lei federal 13.019/201 e alteração.

8.7. Da decisão da comissão de monitoramento e avaliação caberá a interposição de um único recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação da decisão.

8.7.1. A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, devidamente informado, à autoridade competente para decidir.

8.8. Sem prejuízo da fiscalização pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes em cada esfera de governo.

8.8.1. As parcerias estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA NONA - DO GESTOR

9.1. A gestão da parceria será exercida por intermédio da servidora municipal ANAYANA DE OLIVEIRA SILVA, a quem competirá:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo das análises previstas no item 4.5., bem como dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação de que trata o item 8.3.
- d) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

- e) Atestar a regularidade financeira e de execução do objeto da prestação de contas.
- 9.1.1. No caso de parcela única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.
- 9.2. O gestor da parceria deverá dar ciência:
- a) Aos resultados das análises de cada prestação de contas apresentada.
- b) Aos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, independentemente de sua homologação pela comissão de monitoramento e avaliação.
- 9.3. Os pareceres técnicos conclusivos deverão, obrigatoriamente, mencionar:
- a) Os resultados já alcançados e seus benefícios;
- b) Os impactos econômicos ou sociais;
- c) O grau de satisfação do público-alvo, considerado o processo de escuta ao cidadão usuário acerca do padrão de qualidade do atendimento do objeto da parceria, nos moldes do plano de trabalho;
- d) A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

- 10.1. O prazo de execução e de vigência desta Parceria será a partir da assinatura do presente instrumento até 31 de dezembro de 2020, mas somente após o final da aprovação da prestação de contas estará a OSC desobrigada das cláusulas do presente termo.
- 10.2. Este termo poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente em especial Decreto Municipal 3.942 de 22-12-2017.
- 10.3. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da OSC devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL em, no mínimo, 30 dias antes do término inicialmente previsto.
- 10.3.1. A prorrogação de ofício da vigência deste termo deve ser feita pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

11.1. A critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, admite-se a alteração/modificação do acordado, devendo a proposta ser acompanhada de revisão do Plano de Trabalho, justificativa técnica, parecer técnico do gestor e desde que não seja transfigurado o objeto da parceria.

11.1.1. Poderá haver redução ou majoração dos valores inicialmente pactuados para redução ou ampliação de metas ou capacidade do serviço, ou para qualificação do objeto da parceria, desde que devidamente justificados.

11.1.2. Faculta-se aos órgãos e entidades municipais o repasse de eventual verba adicional, não prevista no valor total da parceria, para a melhor execução de seu objeto e aperfeiçoamento dos serviços, nos moldes



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

definidos pelo parceiro público em portaria específica, desde que observada à disponibilidade financeira-orçamentária.

11.2. Para aprovação da alteração, os setores técnicos competentes devem se manifestar acerca de:

- a) Interesse público na alteração proposta;
- b) A capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;
- c) A existência de dotação orçamentária para execução da proposta.

11.2.1. Após a manifestação dos setores técnicos a proposta de alteração poderá ser encaminhada para a análise jurídica, observado o fluxo processual de cada órgão, previamente à deliberação da autoridade competente.

11.3. Para prorrogação de vigência das parcerias celebradas é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

11.4. Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

11.5. Constitui motivo para rescisão da parceria o inadimplemento injustificado das cláusulas pactuadas, e também quando constatada:

- a) A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) A falta de apresentação das prestações de contas

11.6. Em caso de denúncia unilateral não enquadrada nas hipóteses do item anterior, deverá a parte comunicar à outra com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas legais, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, poderá garantir a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

12.1.1. advertência;

12.1.2. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 anos;

12.1.3. declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja movida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

12.2. As sanções estabelecidas nos itens 12.1.2. e 12.1.3. são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias úteis, contados da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

- 12.2.1. prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
- 12.2.2. a prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.
- 12.3. A sanção estabelecida no item 12.1.1. é de competência exclusiva do gestor da parceria, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contados da abertura de vista.
- 12.4. Os órgãos técnicos deverão se manifestar sobre a defesa apresentada, em qualquer caso, e a área jurídica quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3.
- 12.5. A organização da sociedade civil deverá ser intimada acerca da penalidade aplicada.
- 12.6. A organização da sociedade civil terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para interpor recurso à penalidade aplicada.
- 12.7. As notificações e intimações de que trata este artigo serão encaminhadas à OSC preferencialmente via correspondência eletrônica, sem prejuízo de outras formas de comunicação, assegurando-se a ciência do interessado para fins de exercício do direito de contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. Consta do Processo nº 59/2020, todos os documentos exigidos no art. 22 do Decreto Municipal nº 3.841/2017 e 3.942 de 22-12-2017, e demais disposições da Lei Federal 13.019/2014 e alteração.
- 13.2. A OSC deverá apresentar no ato da assinatura deste instrumento o comprovante de inscrição no Cadastro Municipal da Assistência Social do Governo do Município de Buritama, caso não o tenha feito.
- 13.3. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ENTIDADE, com terceiros, ainda que vinculados à execução desta parceria, nem por danos que venham a ser causados em decorrência de atos dos seus prepostos ou associados;
- 13.3.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL não se responsabiliza por quaisquer danos, prejuízos causados, ônus, direitos ou obrigações decorrentes da legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, nem aqueles derivados da execução da presente parceria, ainda com seus empregados, prepostos ou subordinados, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à OSC.
- 13.4. O pagamento de remuneração da equipe contratada pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.
- 13.5. Os agentes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, do controle interno e do Tribunal de Contas têm livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este termo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.
- 13.6. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLAUSULA DECIMA QUARTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 14.1. Aplica-se ao presente Termo de Colaboração e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações, Decretos Municipal nº. 3.841/2017 e 3.942 de 22-12-2017 e legislação complementar pertinente.



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal "Nésio Cardoso"
CNPJ. 44.435.121/0001-31

CLAUSULA DECIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO LEGAL

15.1. O presente contrato vincula-se aos termos do Processo Administrativo nº 59/2020, Termo de Colaboração 10/2020 e seus Anexos, principalmente ao Plano de Trabalho apresentado pela OSC, e aos termos das Lei federal 13.019 de 30 de julho de 2014 e suas alterações e no Decreto Municipal nº 3.841 de 02 de maio de 2017 e 3.942 de 22-12-2017.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

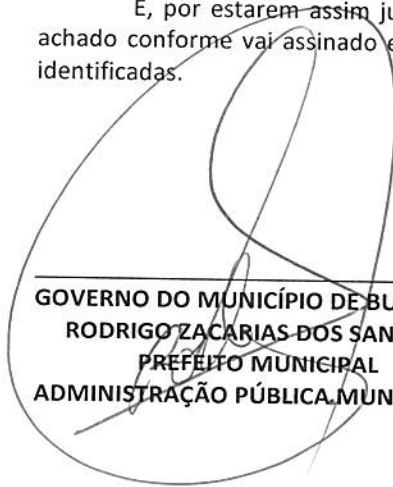
16.1. O presente termo terá vigência até 31 de dezembro de 2020, com início imediato a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério das partes de acordo com a Lei Federal nº. 13.019/2014 e decretos Municipal 3.841/2017 e 3.942 de 22-12-2017.

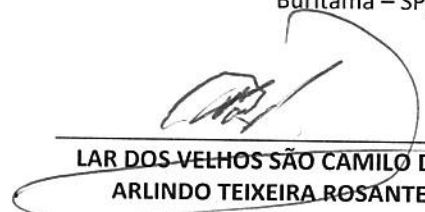
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca do Município de Buritama, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem assim justas e contratadas, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinado e rubricado em 3 vias de igual teor, pelas partes e duas testemunhas abaixo identificadas.


Buritama – SP, 02 de Junho de 2020.

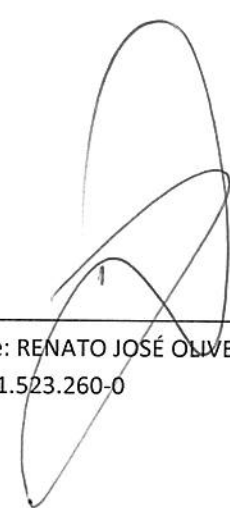

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
RODRIGO ZACARIAS DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL


LAR DOS VELHOS SÃO CAMILO DE LÉLES
ARLINDO TEIXEIRA ROSANTE
PRESIDENTE
OSC - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Testemunhas:

Testemunhas:

1) 
Nome: SUZIANE DE OLIVEIRA ESPINDOLA
RG: 32.519.010-0

2) 
Nome: RENATO JOSÉ OLIVEIRA SEVERINO
RG: 41.523.260-0



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal "Nésio Cardoso"
CNPJ. 44.435.121/0001-31

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: GOVERNO DO MUNICIPIO DE BURITAMA

CONTRATADA/OSC: LAR DOS VELHOS SÃO CAMILO DE LELES
CONTRATO/TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. DE ORIGEM: 10/2020

OBJETO: 1.1. Através do presente, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e a OSC, registram interesse para o desenvolvimento do "Serviço Acolhimento Institucional para Idosos na Proteção Social Especial, com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos
1.1.1. A OSC, desenvolverá o projeto, constantes dos ANEXOS – Plano de Trabalho e Referências para a execução do Plano de Trabalho, constante do processo nº 59/2020, que fazem parte integrante do presente termo.

ADVOGADO(S):

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº. 709, de 14 de janeiro de 1.993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.


Buritama-S.P., 02 de Junho de 2.020.

CONTRATANTE:



GOVERNO DO MUNICIPIO DE BURITAMA
RODRIGO ZACARIAS DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
E-mail institucional: secretaria@buritama.sp.gov.br
E-mail pessoal: prefeito.buritama@gmail.com

CONTRATADA:



LAR DOS VELHOS SÃO CAMILO DE LÉLES
ARLINDO TEIXEIRA-ROSANTE
PRESIDENTE
OSC - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

ANEXO LC-02 - CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: Governo do Município de Buritama
CONTRATADA/OSC : Lar dos Velhos São Camilo de Leles
CONTRATO N°(DE ORIGEM)/TERMO DE COLABORAÇÃO: nº 10/2020

OBJETO: 1.1. Através do presente, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e a OSC, registram interesse para o desenvolvimento do “ Serviço Acolhimento Institucional para Idosos na Proteção Social Especial, com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos”.

1.1.1. A OSC, desenvolverá o projeto, constantes dos ANEXOS – Plano de Trabalho e Referências para a elaboração do Plano de Trabalho, constante do processo Nº 59/2020, que fazem parte integrante do presente termo.

Nome	RODRIGO ZACARIAS DOS SANTOS
Cargo	PREFEITO MUINICIPAL
RG nº	29.413.335-5
CPF nº	264.986.928-39
Endereço (*)	RUA FLORIANO PEIXOTO Nº 980 – BURITAMA – SP.
Telefone	(018)36911566
E-mail Institucional	secretaria@buritama.sp.gov.br
E-mail pessoal (*)	prefeito.buritama@gmail.com

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP

Nome	SILVINEIA APARECIDA DOS SANTOS
Cargo	AGENTE ADMINISTRATIVO III – RESPONSÁVEL PELA UNIDADE GERENCIAL BÁSICA LICITAÇÕES E CONTRATOS
Endereço Comercial do Órgão/Setor	RUA MARIA FLORINDA Nº 1463, Buritama - SP.
Telefone e Fax	(018) 3691 1888
E-mail Institucional	licitação@buritama.sp.gov.br

Buritama- SP, 02 de Junho de 2.020

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
RODRIGO ZACARIAS DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal "Nésio Cardoso"
CNPJ. 44.435.121/0001-31

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
CNPJ Nº:44.435.121/0001-31

CONTRATADA/OSC: LAR DOS VELHOS SÃO CAMILO DE LELES
CNPJ Nº: 44.435.675/0001-39

CONTRATO DE ORIGEM/TERMO DE COLABORAÇÃO: N°/2020:

DATA DA ASSINATURA:02/06/2020

VIGÊNCIA: 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

OBJETO1.1. Através do presente, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e a OSC, registram interesse para o desenvolvimento do " Serviço Acolhimento Institucional para Idosos na Proteção Social Especial, com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos".

1.1.1. A OSC, desenvolverá o projeto, constantes dos ANEXOS – Plano de Trabalho e Referências para a elaboração do Plano de Trabalho, constante do processo Nº 59/2020, que fazem parte integrante do presente termo.

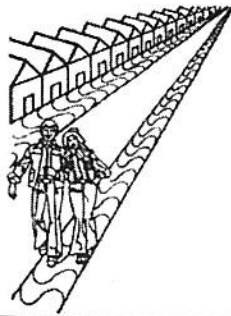
VALOR : R\$5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Buritama- SP,02 de Junho de 2020.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
RODRIGO ZACARIAS DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL



Lar dos Velhos São Camilo de Leles

Rua Cunha Bueno, 934 - Fone (18) 3691-1334 - CEP 15290-000 - BURITAMA - SP
 CNPJ 44.435.675/0001-39 Inscr. Estadual ISENTC

Declarado de Utilidade Pública Estadual Lei nº 2087 de 23/08/1979
 Declarado de Utilidade Pública Municipal Lei nº 1084 de 30/05/1980
 Declarado de Utilidade Pública Federal Decreto nº 89.439 de 13/03/1984
 Ato Declaratório de Isenção do IRPJ nº 0820/035/78 de 09/11/1978
 Ato Declaratório de Isenção do IUEE nº 0827/11/79 de 11/04/1979
 Registro na Coordenadoria do Desenvolvimento Comunitário n.º 2305 (CDC)
 Isenta da Contribuição Sindical Proc. nº 24458 101/85 - Publicado em 17/07/1985
 Reg. no Cartório C.P.J. Buritama sob nº 003 L-A1 Pág. 04 em 02/12/1969
 Reg. No C.E.A.S. sob nº 928/85 em 15/03/1985

1. DADOS CADASTRAIS

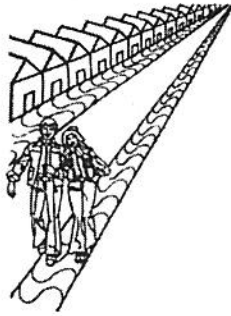
ENTIDADE EXECUTORA: LAR DOS VELHOS SÃO CAMILO DE LELES	CNPJ: 44.435.675/0001-39	FINALIDADES ESTATUTÁRIAS: Assistência Social Proteção Social Especial
DEFINIÇÃO: Instituição civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e duração indeterminada	ÁREA DE ABRANGÊNCIA: Utilidade pública Federal, Estadual e Municipal	ÁREA DE ATUAÇÃO: Acolhimento Institucional
ENDEREÇO: Rua Cunha Bueno, 934	MUNICÍPIO: Buritama-SP CEP: 15290-000	FONE: (18) 3691-1334
IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO: ESTADUAL	VALOR R\$ 5.700,00	VIGÊNCIA: DE MAIO A DEZEMBRO DE 2020

E-MAIL: asilobta@hotmail.com

SITE: www.larsaocamilo.com.br

REGISTROS, TÍTULOS E CERTIFICAÇÕES DA ENTIDADE:

- Registro no Conselho Municipal Idoso nº. 01
- Registro no Conselho Municipal de Assistência Social nº 05
- Declarada de Utilidade Pública Municipal Lei Nº 1.084 de 30/05/1.980, Estadual Lei Nº 2.087 de 23/08/1.979 e Federal Decreto de 89.439 de 13/03/1.984
- Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) Nº. RCEAS0909/2006
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social conforme Portaria nº 25 de 22/02/2019.



Lar dos Velhos São Camilo de Leles

Rua Cunha Bueno, 934 - Fone (18) 3691-1334 - CEP 15290-000 - BURITAMA - SP
CNPJ 44.435.675/0001-39

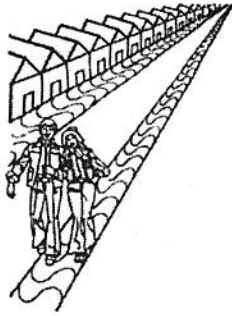
Inscr. Estadual ISENTC

Declarado de Utilidade Pública Estadual Lei nº 2087 de 23/08/1979
Declarado de Utilidade Pública Municipal Lei nº 1084 de 30/05/1980
Declarado de Utilidade Pública Federal Decreto nº 89.489 de 13/03/1984
Ato Declaratório de Isenção do IRPJ nº 0820/035/78 de 09/11/1978
Ato Declaratório de Isenção do IUEE nº 0827/11/79 de 11/04/1979
Registro na Coordenadoria do Desenvolvimento Comunitário nº 2305 (CDC)
Isenta da Contribuição Sindical Proc. nº 24458 101/85 - Publicado em 17/07/1985
Reg. no Cartório C.P.J. Buritama sob nº 003 L-A1 Pág. 04 em 02/12/1969
Reg. No C.E.A.S. sob nº 928/85 em 15/03/1985

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente Projeto tem por objeto a celebração de parceria com o GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA por meio de Termo de Parceria (Lei Nº 13.019, de 31 DE JULHO DE 2014) tendo como finalidade a execução do objeto: Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos na proteção social especial de alta complexidade, mediante o acolhimento, de idosos de ambos os sexos, com 60 anos ou mais, independente ou com diversos graus de dependência, com vivência de situação de violência ou negligência, em situação de rua e de abandono ou mesmo com vínculos familiares fragilizados ou rompidos; dando aos acolhidos assistência econômica e moral, assegurando-lhes a convivência com os familiares, amigos e pessoas; acesso a atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade, sem qualquer distinção quanto à raça, cor, condição social, convicção política ou religiosa.

- **Público Alvo:** Idosos
- **Meta de atendimento:** 38 idosos
- **Prazo para execução:** imediato
- **Vigência:** maio a dezembro de 2020
- **Horário de atendimento:** Integral
- **Coordenador/Técnico Responsável:** Nubia Pereira da Silva



Lar dos Velhos São Camilo de Leles

Rua Cunha Bueno, 934 - Fone (18) 3691-1334 - CEP 15290-000 - BURITAMA - SP
CNPJ 44.435.675/0001-39

Inscr. Estadual ISENTC

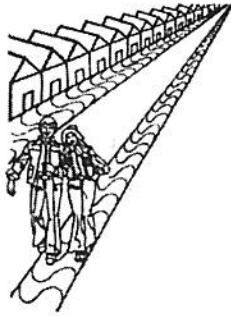
Declarado de Utilidade Pública Estadual Lei nº 2087 de 23/08/1979
Declarado de Utilidade Pública Municipal Lei nº 1084 de 30/05/1980
Declarado de Utilidade Pública Federal Decreto nº 89.489 de 13/03/1984
Ato Declaratório de Isenção do IRPJ nº 0820/035/78 de 09/11/1978
Ato Declaratório de Isenção do IUEE nº 0827/11/79 de 11/04/1979
Registro na Coordenadoria do Desenvolvimento Comunitário n.º 2305 (CDC)
Isenta da Contribuição Sindical Proc. nº 24458 101/85 - Publicado em 17/07/1985
Reg. no Cartório C.P.J. Buritama sob nº 003 L-A1 Pág. 04 em 02/12/1969
Reg. No C.E.A.S. sob nº 923/85 em 15/03/1985

3. JUSTIFICATIVA

A Instituição Lar dos Velhos São Camilo de Leles, regularmente constituída, com reconhecimento filantrópico e capacidade técnica e estrutural, presta serviços na modalidade de Instituição de Longa Permanência para idosos (ILPS) com idade igual ou superior a 60 anos de idade de ambos os sexos, que estejam em situações de vulnerabilidade e ou risco social, vínculos familiares fragilizados ou rompidos, excluídos e marginalizados pelos familiares e sociedade, possibilitando a integração dos acolhidos com seus familiares e a comunidade local, através de ações socioassistenciais.

Para atender os diversos protocolos e recomendações adotadas pela OMS, Ministério da Saúde (Portaria 188, de 03/02/2020, Lei 13.979 de 06/02/2020 alterada pela Medida Provisória nº 926 de 20/03/2020 e Portaria 337 de 24/03/2020 e autoridades sanitárias municipais (Decreto Municipal 4.334 e 4.335/2020), a entidade restringiu as visitas e suspendeu atividades externas, como forma de minimizar o risco de contaminação pelo coronavírus, garantido assim medidas de prevenção e proteção em favor aos idosos acolhidos, considerando ser público de maior risco em meio a pandemia, e portanto, a manifestação do vírus se dá com maior intensidade.

Com o avanço da pandemia no nosso país e seus reflexos econômicos e sociais houve a diminuição das doações em favor da entidade. Nessa perspectiva, relevamos a importância do apoio financeiro visando atender as necessidades emergências dos acolhidos e da equipe profissional a qual desempenha trabalhos diversos dentro da unidade. Assim, como forma de garantir a segurança dos acolhidos e da equipe profissional, faz-se necessário a aquisição de EPIs, materiais de higiene pessoal e produtos de limpeza, considerados fundamentais para a prevenção da disseminação do vírus. As Instituições de Longa Permanência para idosos são espaços de grande relevância social e possuem a missão de acolher e atender idosos em situação de vulnerabilidade e risco social. Dessa forma, a instituição deve ser considerada ponto crítico e deve ser foco de atenção, principalmente quanto a disposição de recursos e



Lar dos Velhos São Camilo de Leles

Rua Cunha Bueno, 934 - Fone (18) 3691-1334 - CEP 15290-000 - BURITAMA - SP
CNPJ 44.435.675/0001-39 Inscr. Estadual ISENTC

Declarado de Utilidade Pública Estadual Lei nº 2087 de 23/08/1979
Declarado de Utilidade Pública Municipal Lei nº 1084 de 30/05/1980
Declarado de Utilidade Pública Federal Decreto nº 89.439 de 13/03/1984
Ato Declaratório de Isenção do IRPJ nº 0820/035/78 de 09/11/1978
Ato Declaratório de Isenção do IUEE nº 0827/11/79 de 11/04/1979
Registro na Coordenadoria do Desenvolvimento Comunitário nº 2305 (CDC)
Isenta da Contribuição Sindical Proc. nº 24458 101/85 - Publicado em 17/07/1985
Reg. no Cartório C.P.J. Buritama sob nº 003 L-A1 Pág. 04 em 02/12/1969
Reg. No C.E.A.S. sob nº 928/85 em 15/03/1985

subsídios necessários para a continuidade dos serviços e manutenção da saúde física e emocional dos idosos, mitigando assim a infecção e disseminação do vírus entre os internos.

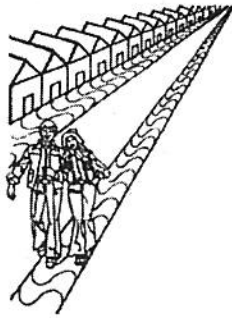
4. OBJETIVO GERAL

Acolher e garantir proteção integral aos acolhidos.

Atender as necessidades em virtude da pandemia do Covid-19

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Objetivos Específicos	Ações
<ul style="list-style-type: none">• Promover aos idosos acolhidos e a equipe de funcionários da entidade, condições de proteção e prevenção em torno da contaminação e disseminação do coronavírus como forma de mitigar riscos iminentes.• Garantir os cuidados e as condições de higiene pessoal para os idosos institucionalizados, limpeza da instituição e EPIs para os funcionários, através da disponibilização de materiais, atendendo as recomendações adotadas pela OMS, Ministério da Saúde e autoridades sanitárias municipais.	<ul style="list-style-type: none">• Intensificar o uso de EPIs pelos usuários e profissionais que realizam os serviços junto aos idosos.• Adotar práticas mais rigorosas de cuidados com a higiene e saúde dos usuários e• Limpeza e desinfecção do ambiente institucional.



Lar dos Velhos São Camilo de Leles

Rua Cunha Bueno, 934 - Fone (18) 3691-1334 - CEP 15290-000 - BURITAMA - SP
CNPJ 44.435.675/0001-39

Inscr. Estadual ISENTC

Declarado de Utilidade Pública Estadual Lei nº 2087 de 23/08/1979
Declarado de Utilidade Pública Municipal Lei nº 1084 de 30/05/1980
Declarado de Utilidade Pública Federal Decreto nº 89.489 de 13/03/1984
Ato Declaratório de Isenção do IRPJ nº 0820/035/78 de 09/11/1978
Ato Declaratório de Isenção do IUEE nº 0827/11/79 de 11/04/1979
Registro na Coordenadoria do Desenvolvimento Comunitário n.º 2305 (CDC)
Isenta da Contribuição Sindical Proc. nº 24458 101/85 - Publicado em 17/07/1985
Reg. no Cartório C.P.J. Buritama sob nº 003 L-A1 Pág. 04 em 02/12/1969
Reg. No C.E.A.S. sob nº 928/85 em 15/03/1985

6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

AÇÃO	MESES							
	05	06	07	08	09	10	11	12
Levantamento dos materiais necessários	X							
Pesquisar fornecedores	X	X						
Realizar pesquisa de preço dos materiais		X						
Efetuar as compras		X						
Utilização dos materiais adquiridos		X	X	X	X	X	X	X
Prestação de contas			X					

7. METODOLOGIA

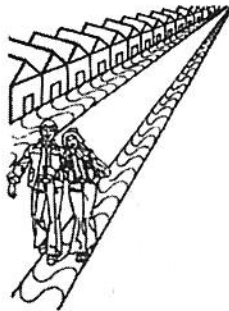
Levantamento do quantitativo de EPIs, materiais de higiene pessoal e limpeza, necessários para atendimento da ILPI, de acordo com a Resolução SEDS 10 de 08/05/2020.

Identificação dos fornecedores selecionados para a realização da cotação dos materiais e EPIs necessários para atender à demanda.

Realização da compra dos materiais cotados.

Distribuição dos EPIs e materiais de higiene pessoal e limpeza para utilização imediata.

Orientar e estimular os usuários e profissionais a utilizar os equipamentos de proteção apropriados para a atividade a ser exercida: as luvas serão usadas pelos profissionais cuidadores dos idosos e para o seu uso adequado, as mãos deverão ser lavadas e higienizadas antes de coloca-las, as quais deverão ser vestidas uma de cada vez, de maneira que não contamine a área externa das mesmas e após a utilização, deverá ser retirada uma de cada vez com cuidado, para que não haja contaminação do fluido fisiológico presente e descartadas no lixo hospitalar biológico, localizado no setor da enfermagem; as máscaras descartáveis que tem uso recomendado de no máximo três horas, serão utilizadas pelos usuários e profissionais cuidadores e elas devem ser colocadas após higienização das mãos, tendo o cuidado de não tocar na parte da frente



Lar dos Velhos São Camilo de Leles

Rua Cunha Bueno, 934 - Fone (18) 3691-1334 - CEP 15290-000 - BURITAMA - SP
CNPJ 44.435.675/0001-39

Inscr. Estadual ISENTC

Declarado de Utilidade Pública Estadual Lei nº 2087 de 23/08/1979
Declarado de Utilidade Pública Municipal Lei nº 1084 de 30/05/1980
Declarado de Utilidade Pública Federal Decreto nº 89.489 de 13/03/1984
Ato Declaratório de Isenção do IRPJ nº 0820/035/78 de 09/11/1978
Ato Declaratório de Isenção do IUEE nº 0827/11/79 de 11/04/1979
Registro na Coordenadoria do Desenvolvimento Comunitário nº 2305 (CDC)
Isenta da Contribuição Sindical Proc. nº 24458 101/85 - Publicado em 17/07/1985
Reg. no Cartório C.P.J. Buritama sob nº 003 L-A1 Pág. 04 em 02/12/1969
Reg. No C.E.A.S. sob nº 928/85 em 15/03/1985

das mesmas e coloca-la segurando pelo elástico e a retirada deverá ser com a higienização das mãos novamente, segurando pelo elástico, evitando contato no tecido, e descartar em lixo hospitalar biológico e no caso dos idosos, os profissionais deverão auxiliá-los tanto na colocação quanto na retirada; as toucas serão usadas pelos profissionais cuidadores no momento do cuidado direto dos idosos, para evitar a contaminação por gotículas e aerossóis do usuário e as mesmas devem ser colocadas cobrindo todo o cabelo e orelhas com as mãos higienizadas e após a utilização, descartar em lixo hospitalar biológico; as botas também serão utilizadas pelos profissionais cuidadores nos cuidados diários com os idosos, quando há risco de contaminação por fluídos fisiológicos e elas devem ser calçadas antes de iniciar os cuidados diretos com os usuários e após o uso, as mesmas deverão ser lavadas e higienizadas para a próxima utilização.

Ementar aos profissionais cuidadores a importância da higienização correta das mãos, com água e sabonete líquido ou álcool gel antes e depois de realizar qualquer metodologia, lembrando sempre das capacitações já realizadas na entidade.

Prover condições para higiene das mãos com água e sabonete líquido nos lavatórios com dispensador de sabonete líquido e suporte para papel toalha.

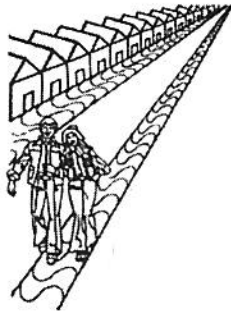
Disponibilizar álcool gel para a higiene das mãos nos quartos, corredores, recepções, nas salas de estar, áreas de lazer, cozinha e refeitório.

Orientar os profissionais a auxiliar os idosos mais debilitados a higienizar as mãos com água e sabonete líquido ou álcool em gel, para que possam ter sua saúde preservada.

Intensificar a limpeza e desinfecção dos quartos, corredores, recepção, sala de estar, área de lazer, cozinha, refeitório, móveis e objetos existentes no ambiente.

8. RECURSOS HUMANOS

A Entidade conta com uma equipe de vinte e um funcionários, os quais permanecem ativos no desempenho de suas respectivas funções, intensificando os cuidados e atenção quanto à prevenção da disseminação do Covid-19; monitorando a temperatura dos idosos e profissionais diariamente, observando sinais e sintomas; restringindo as



Lar dos Velhos São Camilo de Leles

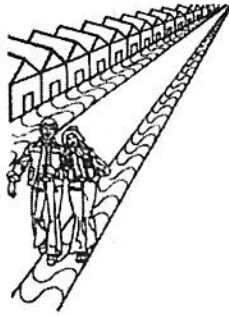
Rua Cunha Bueno, 934 - Fone (18) 3691-1334 - CEP 15290-000 - BURITAMA - SP
 CNPJ 44.435.675/0001-39

Inscr. Estadual ISENTC

Declarado de Utilidade Pública Estadual Lei nº 2087 de 23/08/1979
 Declarado de Utilidade Pública Municipal Lei nº 1084 de 30/05/1980
 Declarado de Utilidade Pública Federal Decreto nº 89.439 de 13/03/1984
 Ato Declaratório de Isenção do IRPJ nº 0820/035/78 de 09/11/1978
 Ato Declaratório de Isenção do IUEE nº 0827/11/79 de 11/04/1979
 Registro na Coordenadoria do Desenvolvimento Comunitário nº 2305 (CDC)
 Isenta da Contribuição Sindical Proc. nº 24458 101/85 - Publicado em 17/07/1985
 Reg. no Cartório C.E.J. Buritama sob nº 003 L-A1 Pág. 04 em 02/12/1969
 Reg. No C.E.A.S. sob nº 928/85 em 15/03/1985

visitas de amigos e familiares, entrada de pessoas da comunidade, preservando a saúde e a vida dos internos; capacitando regularmente os funcionários quanto às normas e atualizações de medidas preventivas sobre o novo coronavírus; prestando o serviço de acolhimento institucional normalmente, assim discriminados:

Nome	Função	Carga horária	Escolaridade
Vanir Duarte Perassoli	Coordenador Geral	35 horas semanais	Ensino Médio Completo
Núbia Pereira da Silva	Assistente Social	12 horas semanais	Ensino Superior Completo
Grazielle Chaves Colleta	Enfermeira	40 horas semanais	Ensino Superior Completo
Adilson Donizete Dias	Técnico de Enfermagem	12 X 36	Ensino Médio Completo
Elisangela Maia de Oliveira	Técnico de Enfermagem	12 X 36	Ensino Médio Completo
Marcos Roberto Fernandes	Técnico de Enfermagem	12 X 36	Ensino Médio Completo
Wagner Garcia Correa de Souza	Técnico de Enfermagem	12 X 36	Ensino Médio Completo
Felipe Joaquim Fernandes	Auxiliar de Enfermagem	12 X 36	Ensino Médio Completo
Thais Tatiane de Toledo Oliveira	Nutricionista	44 horas semanais	Ensino Superior Completo
Lucilena Ferreira Soares de Melo	Cozinheira	12 X 36	Ensino Fundamental Incompleto
Marcia Aparecida Toneti	Cozinheira	12 X 36	Ensino Fundamental Incompleto
Kelly Cristina de Oliveira Bispo	Auxiliar de Cozinha	44 horas semanais	Ensino Médio Incompleto
Ana Maria Oliveira de Lima Silva	Serviços Gerais	44 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto
Edivaine da Silva	Serviços Gerais	12 X 36	Ensino Fundamental Incompleto
Francisca Aparecida Dias	Serviços Gerais	12 X 36	Ensino Fundamental Incompleto
Ivanir Silva	Serviços Gerais	12 X 36	Ensino Fundamental Incompleto
Marcia Cristina da Silva	Serviços Gerais	12 X 36	Ensino Fundamental Incompleto
Amara Maria da Silva Oliveira	Lavadeira	44 horas semanais	Ensino Médio Incompleto
Fabiana dos Santos Souza	Auxiliar de escritório	44 horas semanais	Ensino Superior Completo
Tallys Rodrigo do Carmo	Monitor	10 horas semanais	Ensino Superior Completo
Thalis Roberto Chaves Oliani	Monitor	44 horas semanais	Ensino Médio Completo



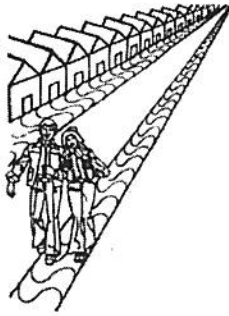
Lar dos Velhos São Camilo de Leles

Rua Cunha Bueno, 934 - Fone (18) 3691-1334 - CEP 15290-000 - BURITAMA - SP
 CNPJ 44.435.675/0001-39 Inscr. Estadual ISENTC

Declarado de Utilidade Pública Estadual Lei nº 2087 de 23/08/1979
 Declarado de Utilidade Pública Municipal Lei nº 1084 de 30/05/1980
 Declarado de Utilidade Pública Federal Decreto nº 89.439 de 13/03/1984
 Ato Declaratório de Isenção do IRPJ nº 0820/035/78 de 09/11/1978
 Ato Declaratório de Isenção do IUEE nº 0827/11/79 de 11/04/1979
 Registro na Coordenadoria do Desenvolvimento Comunitário n.º 2305 (CDC)
 Isenta da Contribuição Sindical Proc. nº 24458 101/85 - Publicado em 17/07/1985
 Reg. no Cartório C.P.J. Buritama sob nº 003 L-A1 Pág. 04 em 02/12/1969
 Reg. No C.E.A.S. sob nº 928/85 em 15/03/1985

9. DESCRIÇÃO DETALHADA DAS METAS /INDICADORES

Metas	Ação	Meios de verificação para o cumprimento das metas
<p>Ofertar aos idosos acolhidos e aos profissionais da entidade, ações de prevenção e controle da disseminação do novo coronavírus;</p> <p>Assegurar a continuidade da oferta do serviço de acolhimento institucional para idosos.</p>	<p>Disponibilizar, com maior intensidade, aos profissionais da entidade EPIs (Equipamento de Proteção individual) como: luvas, máscaras, álcool em gel e similares.</p> <p>Adotar práticas mais rigorosas de cuidados com a higiene e saúde dos idosos, garantindo a perfeita desinfecção dos ambientes e das superfícies de trabalho, incluindo os espaços abertos em que haja maior circulação de pessoas.</p> <p>Desenvolvimento das ações pertinentes aos serviços em conformidade com as normativas estabelecidas pelo governo municipal, estadual e federal, que visam garantir a segurança e a saúde dos usuários, reforçando sobre as orientações com uso de EPIs.</p>	<p>Execução diária de ações relevantes que visam atender as necessidades básicas dos acolhidos (higiene, limpeza, alimentação, cuidados com a saúde entre outros).</p> <p>Utilização de EPIs pelos usuários e profissionais do serviço para garantir sua proteção.</p>



Lar dos Velhos São Camilo de Leles

Rua Cunha Bueno, 934 - Fone (18) 3691-1334 - CEP 15290-000 - BURITAMA - SP
CNPJ 44.435.675/0001-39

Inscr. Estadual ISENTC

Declarado de Utilidade Pública Estadual Lei nº 2087 de 23/08/1979
Declarado de Utilidade Pública Municipal Lei nº 1084 de 30/05/1980
Declarado de Utilidade Pública Federal Decreto nº 89.489 de 13/03/1984
Ato Declaratório de Isenção do IRPJ nº 0820/035/78 de 09/11/1978
Ato Declaratório de Isenção do IUEE nº 0827/11/79 de 11/04/1979
Registro na Coordenadoria do Desenvolvimento Comunitário n.º 2305 (CDC)
Isenta da Contribuição Sindical Proc. nº 24458 101/85 - Publicado em 17/07/1985
Reg. no Cartório C.P.J. Buritama sob nº 003 L-A1 Pág. 04 em 02/12/1969
Reg. No C.E.A.S. sob nº 928/85 em 15/03/1985

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Comprovação das compras efetuadas através das notas fiscais e controle de estoque.

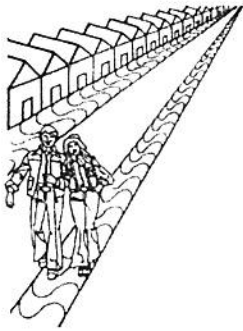
Monitorar diariamente os residentes quanto a febre, sintomas respiratórios e outros sinais e sintomas da COVID-19.

11. PLANO DE APLICAÇÃO

Plano de aplicação para cofinanciamento emergencial do Covid-19.

Conta para recebimento do recurso: Banco do Brasil, agência 1676-4, conta corrente 100.412-3.

Discriminação do material	VALOR (R\$)
EPIs para usuários e técnicos dos serviços como: luvas de procedimento não cirúrgico, toucas, botas de PVC e máscaras.	3.259,00
Materiais de higiene pessoal: sabonete líquido, papel toalha, papel higiênico.	988,00
Materiais de limpeza: álcool gel, água sanitária e detergente alcalino clorado	1.453,00
TOTAL	5.700,00





Lar dos Velhos São Camilo de Leles

Rua Cunha Bueno, 934 - Fone (18) 3691-1334 - CEP 15290-000 - BURITAMA - SP
CNPJ 44.435.675/0001-39 Inscr. Estadual ISENTO

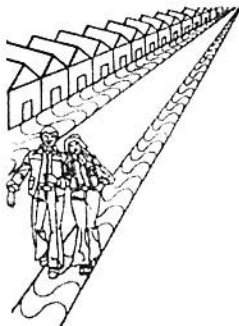
Declarado de Utilidade Pública Estadual Lei nº 2087 de 23/08/1979
Declarado de Utilidade Pública Municipal Lei nº 1084 de 30/05/1980
Declarado de Utilidade Pública Federal Decreto nº 89.439 de 13/03/1984
Ato Declaratório de Isenção do IRPJ nº 0820/035/78 de 09/11/1978
Ato Declaratório de Isenção do IUEE nº 0827/11/79 de 11/04/1979
Registro na Coordenadoria do Desenvolvimento Comunitário n.º 2305 (CDC)
Isenta da Contribuição Sindical Proc. nº 24458 101/85 - Publicado em 17/07/1985
Reg. no Cartório C.P.J. Buritama sob nº 003 L-A1 Pág. 04 em 02/12/1969
Reg. No C.E.A.S. sob nº 928/85 em 15/03/1985

12. REPRESENTANTE DA ENTIDADE

RESPONSÁVEL LEGAL: Arlindo Teixeira Rosante	CPF nº : 557.715.488-04	RG nº : 5.825.492
ENDEREÇO: Avenida Frei Marcelo Manilia, nº 603 - Centro – Buritama-SP	Data de Nascimento: 15/07/1950	Fones: (18) 997247339
Mandato: 08/11/2019 a 07/11/2022	e-mail: asilobta@hotmail.com	
Data: 19/05/2020	Assinatura: 	

COORDENADOR/TÉCNICO REPONSÁVEL: Nubia Pereira da Silva	CPF nº : 354.352.428-35	RG nº : 40.514.797-1
ENDEREÇO: Rua Francisco Marangoni, nº 876 - Centro – Buritama-SP	Data de Nascimento: 05/06/1988	Fones: (18) 997559672
e-mail: nubia_bta@hotmail.com	Data: 19/05/2020	Assinatura: 





Lar dos Velhos São Camilo de Leles

Rua Cunha Bueno, 934 - Fone (18) 3691-1334 - CEP 15290-000 - BURITAMA - SP

CNPJ 44.435.675/0001-39

Inscr. Estadual ISENTO

Declarado de Utilidade Pública Estadual Lei nº 2087 de 23/08/1979

Declarado de Utilidade Pública Municipal Lei nº 1084 de 30/05/1980

Declarado de Utilidade Pública Federal Decreto nº 89.439 de 13/03/1984

Ato Declaratório de Isenção do IRPJ nº 0820/035/78 de 09/11/1978

Ato Declaratório de Isenção do IUEE nº 0827/11/79 de 11/04/1979

Registro na Coordenadoria do Desenvolvimento Comunitário nº 2305 (CDC)

Isenta da Contribuição Sindical Proc. nº 24458 101/85 - Publicado em 17/07/1985

Reg. no Cartório C.P.J. Buritama sob nº 003 L-A1 Pág. 04 em 02/12/1969

Reg. No C.E.A.S. sob nº 928/85 em 15/03/1985

13. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Município de Buritama, para os efeitos e sob as penas de lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste plano de trabalho:

Pede deferimento

Buritama/SP, 19 de maio de 2020.

Proponente: Lar dos Velhos São Camilo de Leles

Nome do Presidente: Arlindo Teixeira Rosante

Assinatura: _____